

Parâmetros para a política externa portuguesa em África após a descolonização e de acordo com o espírito do 25 de Abril

Vinício de Sousa

Após a independência das colónias portuguesas terminou praticamente a colonização da África. Esta caracterizou-se pela submissão dos povos africanos aos estados europeus em que estes, os seus cidadãos e empresas se apropriavam directamente dos recursos naturais existentes nos territórios coloniais e exploravam os seus habitantes como força de trabalho quase escrava, sem lhes conceder um nível mínimo de direitos políticos e sociais.

Semelhante estado de coisas originou a revolta e a luta dos povos coloniais, os quais começaram a tomar-se independentes a partir dos inícios da década de 60.

As ex-potências colonizadoras, assim como outros países de economia capitalista desenvolvida que nunca tiveram colónias em África, possuidoras de uma vasta experiência de supremacia política, económica e social exercida sobre países formalmente independentes na Ásia e na América latina, pretenderam substituir o domínio colonial por novas formas de submissão indirecta.

Ao acederam à independência os novos países africanos encontravam-se na situação de possuir um grande atraso económico, o que era uma consequência da opressão colonial sofrida. Esta, permitindo aos grandes grupos económicos com capitais europeus, americanos ou japoneses manter posições importantes na economia dos países recém-independentes, originava a continuação da sua dependência económica. Por sua vez, esta dependência constitui o suporte da prosperidade dos Estados de economia capitalista desenvolvida. É fundamental para a sua riqueza continuarem a ter acesso fácil a matérias-primas baratas, a fontes de energia abundantes e com preços irrisórios, a mercados acessíveis para os seus excedentes de produção e a uma reserva de mão-de-obra fracamente remunerável e dócil. Consequentemente adoptam uma política favorável à manutenção da discriminação e da desigualdade dos Estados e à continuação da dependência económica dos países em vias de desenvolvimento.

É a esta nova forma de submissão e de exploração de países economicamente subdesenvolvidos e politicamente independentes que se denomina o neo-colonialismo.

Os países neo-colonizadores pretendem 3 objectivos principais:

- 1.º Obter e preservar a sua influência política nos jovens Estados.
- 2.º Assegurar a possibilidade de exploração das suas forças produtivas.
- 3.º Integrá-los no sistema económico capitalista mundial onde ficariam numa situação de discriminação e desigualdade perante os outros Estados.

Para conseguir estes objectivos têm utilizado dois tipos de políticas, a de *paternalismo* e a de *colaboração*. Com a primeira procura-se submeter os novos Estados às suas tutelas, mantendo as ex-colónias como apêndices fornecedores de matérias-primas e produtos agro-pecuários a preços abaixo das cotações do mercado mundial. Para o efeito utiliza-se a denominada «política de ajuda» que consiste em exportar capitais, soluções técnicas e económicas, assim como comércio, tudo isto, evidentemente, nas mãos dos neo-colonizadores como processo de preservarem as suas posições de influência política e de domínio económico.

A segunda baseia-se na pseudo teoria científica de que, nas condições históricas actuais, em que é muito forte a «interdependência» e até a «intercomplementaridade» das várias economias nacionais numa mais ampla economia mundial, o desenvolvimento do denominado terceiro mundo se transformou num problema internacional e numa preocupação para os Estados de economia capitalista desenvolvida. Com base neste raciocínio concluir-se-ia que a colaboração dos países ricos com os países pobres é uma fatal necessidade e que a única medida para solucionar o progresso contínuo da economia mundial são as inevitáveis ingerências dos países desenvolvidos nos países pobres e a renúncia destes a certos aspectos da sua soberania.

Para satisfazer a este desiderato promove-se uma «colaboração» com os países subdesenvolvidos fornecendo-se-lhes «graciosamente» técnicas de desenvolvimento económico assim como os meios necessários, quer para o seu arranque, quer para a sua aceleração, através de medidas conjugadas e de esforços coordenados de forma que a economia do país pobre acaba por ficar subordinada à dos países ricos.

A colonização portuguesa em África foi sempre uma colonização a crédito. Quem obtinha a quase totalidade dos recursos naturais dos territórios coloniais eram as empresas com capitais estrangeiros. Para os portugueses ficavam algumas migalhas e as tarefas sujas e improdutivas da exploração colonial, a administração dos territórios e a repressão das populações.

As ex-colónias portuguesas tomaram-se independentes quando em Portugal se verificavam importantes transformações políticas e sociais, pelo que a sua neo-colonização só interessava e estava ao alcance dos países a quem pertenciam os detentores daqueles capitais.

Os movimentos que conduziram a luta e conseguiram obter a independência conheciam e estavam atentos

ao fenómeno da neo-colonização. Conseguidas com muito custo e sacrifício as suas independências políticas era fundamental também obterem a independência económica.

Herdaram da administração colonial portuguesa uma situação de grande atraso económico, uma extrema penúria de quadros e trabalhadores especializados naturais dos seus próprios territórios e uma quase total dependência económica das firmas multinacionais. O êxodo apressado e fomentado do exterior dos colonos para Portugal, aliado ao analfabetismo e atraso técnico dos seus naturais originou quase que um vácuo em pessoal fundamental para o enquadramento das diversas actividades. A nacionalização dos meios de produção social que se encontravam nas mãos de estrangeiros e que foi necessário efectuar ainda acentuou mais as tendências que atrás se indicam.

Ao iniciar a sua vida económica independente os cinco Estados que foram colónias de Portugal em África tinham que partir quase do zero.

Independência económica não significa forçosamente uma total autarquia e o isolamento. Um estado para se desenvolver necessita de abrir internacionalmente as suas relações económicas, mas é fundamental que o faça em igualdade de direitos e com reciprocidade de vantagens para com os outros Estados.

Foi dentro destes princípios e levando em conta a situação de atraso inicial que os novos Estados africanos que adoptaram o português como língua oficial iniciaram o seu intercâmbio com o estrangeiro.

Necessitam de capitais, de equipamentos e de pessoal técnico e especializado. Para os obter têm que dar qualquer coisa em troca. Há no mundo quem esteja em condições de fornecer esses bens com a contrapartida de um preço. Acontece porém que os mercados internacionais são dominados pelos países de economia capitalista avançada e pelas empresas multinacionais que exigem para realização daquelas transacções a aceitação de cláusulas baseadas nas políticas de paternalismo e/ou colaboração que terminam sempre na submissão neo-colonial.

É nestas condições que surge entre Portugal e as suas ex-colónias a possibilidades de realização de um novo relacionamento.

Portugal não dispõe de capitais em abundância, nem de equipamentos muito aperfeiçoados. Pelo contrário, o nosso país debate-se com o mesmo tipo de problemas. Também está sujeito a ser neo-colonizado por países capitalistas mais desenvolvidos que, em troca daqueles bens, também lhe oferecem uma «política de ajuda» e a sua generosa «colaboração», o que, no fundo, significa uma maior submissão.

No entanto, em relação às suas ex-colónias ainda pode dispor de alguns capitais, poucos, de algum equipamento que, não sendo muito aperfeiçoado, ainda tem utilidade em África, mas possui, sobretudo, um grande conhecimento e uma vasta experiência dos problemas deste continente, difíceis de encontrar em qualquer outra parte e dispõe de bastante pessoal técnico e especializado capaz de realizar uma obra útil e necessária.

As condições de fornecimento destes bens têm de ser as da igualdade de direitos entre todas as partes e a reciprocidade das vantagens. Em troca destes serviços desenvolver-se-á o comércio entre todos estes países, o que é um factor de desenvolvimento e sobretudo uma amizade e compreensão que se iniciaram há séculos. É este tipo de relacionamento, em que nenhuma das partes procura obter vantagens sobre as outras, que se denomina a *cooperação*.

Foi, aliás este o significado da mensagem que o presidente Samora Machel nos trouxe na sua inolvidável e calorosa visita a Portugal.

É a política de cooperação de Portugal com as suas ex-colónias a chave de cúpula do D de descolonizar do programa do M.F.A.

É este o parâmetro fundamental do que deverá ser a política externa portuguesa em relação ao continente africano.

Existem, infelizmente, interesses dentro do nosso país e sobretudo no estrangeiro que têm outros objectivos em mente. Procuram neo-colonizar os países africanos de expressão oficial portuguesa e também pretendem transformar o nosso próprio país numa neo-colónia de potências estrangeiras.

Como os cinco defendem intransigentemente a sua independência económica, não obstante as carências que sofrem, pensam instrumentalizar a política africano portuguesa de cooperação para através dela introduzir cavalos de Tróia do neo-colonialismo.

Se lermos com atenção os comunicados oficiais emitidos depois dos encontros realizados nos últimos tempos entre governantes portugueses e dos países capitalistas desenvolvidos verificaremos a constante existência dum nota em que as duas partes encaram a sua «colaboração», no domínio da «ajuda» a África, dada a privilegiada posição de Portugal neste continente, especialmente junto dos países africanos de expressão oficial portuguesa. O que quer isto dizer? O que têm a ver outros Estados com a cooperação entre Portugal e as suas ex-colónias? Será que os governantes portugueses andam a vender o crédito e a boa fé com que os países africanos nos honram? Em troca de quê?

Estas perguntas são pertinentes tanto mais que não é com muita confiança que encaramos a política externa dum governo, cujo ministro dos negócios estrangeiros ainda há pouco tempo, na televisão, depois da assinatura dum tratado que permitia a instalação de mais bases militares estrangeiras no nosso território falava em *gestão da soberania nacional* (sic), como se a soberania fosse um património que se divide em parcelas, as quais podem ser vendidas, cedidas ou hipotecadas.

Há cerca de um mês realizou-se em Lisboa uma conferência no âmbito do Conselho da Europa sobre o diálogo Norte-Sul, designação eufemística para uma reunião que tratava da política a seguir pelos países europeus capitalistas em relação aos países subdesenvolvidos que aqueles pretendem neo-colonizar. Nesta conferência o mesmo ministro português, num embrulhado discurso defendendo a pseudo teoria científica atrás exposta da «interdependência» e da «complementaridade» das economias nacionais, propôs formas de «cooperação trilateral» entre Portugal, a Europa capitalista e os países africanos.

Não podia ser mais claro.

Há quem pretenda, e com o apoio do governo português, utilizar a cooperação como um instrumento de uma neo-colonização dos países africanos de expressão oficial portuguesa.

Esquecem-se, ou talvez não, os promotores desta felonía que, de acordo com a tal pseudo teoria da «interdependência» e da «complementaridade» também cabe a Portugal a função de aceitar a ingerência dos outros nos seus assuntos internos e a renunciar a certos aspectos da sua soberania para que se desenvolva harmonicamente a economia capitalista mundial.

Repugna à consciência nacional este papel de vítima em holocausto de uma entidade metafísica, não aceitando também, de acordo com os cânones da nossa moral tradicional, faltar à confiança e amizade que outros já nos demonstraram.

Semelhante política de neo-colonização a crédito está condenada ao fracasso, tal como esteve a de colonização a crédito feita no passado. Ela não serve nem as aspirações dos povos africanos, nem as do povo português.

E esta a razão deste grito de alerta e se faz a sua denúncia porque contraria os princípios em que assentou a descolonização de acordo com o espírito do 25 de Abril.